

ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DA RESERVA NAVAL

PROCLAMAÇÃO DE CASCAIS

Alm. Nuno G. Vieira Matias

A nobre Associação dos Oficiais da Reserva Naval convidou-me a reafirmar aqui, hoje, aquilo que, em nove conferências, foi energicamente proclamando, por toda a costa continental e também nos Açores.

E o que foi proclamado nas cidades marítimas visou a promoção e a revitalização do interesse pelo mar, assumido este como fonte generosa de valor moral, como tónico da identidade portuguesa e como gerador de riqueza material.

Por isso, é o mar-oceano, aquele que no passado foi vital na génese da nação portuguesa e na sua expansão universalista, que hoje queremos proclamar como um pilar fundamental da afirmação prospectiva de Portugal, contrariando o generalizado processo de descaracterização de culturas na Europa.

É o mar, sempre presente nos factores de identidade nacional, com realce para a história, a língua, a cultura e a geografia, que queremos que esteja na nossa mente e, sobretudo, na nossa vontade de ser grande, principalmente nas alturas em que a alma mais nos falta.

Fazemos este apelo, aqui, em Cascais e agora, em finais de Março, porque o lugar e também o momento são emblemáticos e auspiciosos. Na verdade, era a partir de meados de Março que as armadas da Índia, do Brasil e outras saíam deste estuário e era aqui, em frente a Cascais e à sua Ermida de Nossa Senhora do Porto Seguro que, uma vez livres dos

constrangimentos da Barra, arribavam guinando mais para sul, folgavam as escotas e ganhavam velocidade mar adentro.

O nosso interesse pelo mar português também tem, hoje, de voltar a navegar com vento largo e vontade firme de nos amarrarmos ao leme, para de novo alcançarmos a distância.

2. Por isso proclamamos, hoje, aqui, que é necessário alcançarmos três objectivos políticos:

1. Valorizar a importância do mar-oceano para Portugal em todos os domínios;

2. Dar prioridade aos assuntos do mar-oceano e projectar internacionalmente essa visão;

3. Prosseguir uma gestão sustentada e sistémica do domínio marítimo, visando tirar pleno partido das suas potencialidades económicas, culturais e políticas.

3. Proclamamos que esses são objectivos para pôr em prática, para ter sempre na mente e na vontade. Não se pode adiar mais a revitalização do mar, assim como não há mais tempo, para fingir que se faz. Há que fazer, há que executar com visão, com seriedade, com inteligência e, sobretudo, com vontade firme de retirar do mar as riquezas morais e materiais que nos disponibiliza.

A estratégia para alcançar os objectivos é um caminho que tem de ser percorrido, de mãos dadas, em conjugação de esforços, pela sociedade política e pela sociedade civil. Por ambas. Por todos os Portugueses.

Todos temos que entender que o nosso mar é vital para o comércio, para a energia, para a defesa, para o turismo, para o recreio, para o ambiente e para a alimentação. É que, as actividades marítimas dão um

vasto contributo para a economia nacional e para a nossa qualidade de vida.

4. Proclamamos a necessidade de incrementar o comércio por mar, reduzindo a pressão sobre as rodovias e aumentando a liberdade de acção do País, que dispõe de fronteiras essencialmente marítimas.

Por isso, há que rentabilizar os nossos portos e aumentar a Marinha Mercante. Aqueles têm de ser reorganizados, a partir de uma visão de conjunto de toda a rede nacional, das capacidades e potencialidades específicas de cada um, especializando-os consoante a tarefa individual que caiba dentro do todo e anulando redundâncias desnecessárias e dispendiosas.

Os portos comerciais deverão ser verdadeiros centros de transportes multimodais e autênticas plataformas logísticas ligadas a cadeias logísticas internacionais.

Os portos de turismo e de recreio deverão potenciar essas vocações, sem compromissos forçados de finalidades que ponham em causa a sua afirmação primordial.

A actividade da pesca convive bem com qualquer das outras e, onde deixar espaços disponíveis, a pujante e crescente navegação de recreio ocupá-los-á, com vantagem.

5. Proclamamos que é necessário criar uma capacidade de produção de alimentos de origem no mar, em função da procura e seguindo condições de comercialização e transformação que remunerem adequadamente os produtores, com acesso directo às redes de distribuição e comercialização.

O cidadão português é, de entre os da UE, o que mais peixe consome “per capita”, mas a produção está muito abaixo da procura.

Pesca, aquicultura e produção de algas comestíveis são, pois, actividades a incrementar.

6. Proclamamos que a área da náutica de recreio e do turismo náutico é de grande importância económica e é a que apresenta mais potencial de crescimento na geração de riqueza e de emprego. Para explorar essa valia promissora, precisamos de aproveitar bem as extraordinárias condições naturais existentes no Continente e nas 11 ilhas, criando redes de instalações náuticas e desenvolvendo as infraestruturas e equipamentos de apoio. Por outro lado, importa estruturar o sector em termos legislativos e garantir formação e certificação aos operadores do sector. Os jovens têm aqui uma vasta, apelativa e promissora gama de actividades.

7. Proclamamos que importa desenvolver a investigação científica do mar de forma entrosada entre todos os centros de saber, tendo em vista conhecer os recursos energéticos, fósseis ou renováveis, de minerais e de biotecnologia existentes na nossa plataforma continental ou na coluna de água e desenvolver a tecnologia exigente para os explorar. Há que definir as áreas com potencial de exploração de cada um dos recursos, promover a sua utilização, qualificar os meios humanos a envolver e apoiar a constituição de “clusters” industriais, em ligação com os centros de investigação. De facto, o que já se conhece faz prever a existência de um mundo ainda por explorar no fundo do mar, aproveitando produtos de bio genética para farmácia e cosmética, de algas para alimentação e até de micro algas para redução de CO₂ e NO₂, com adicional produção de bio-combustíveis.

8. Proclamamos o imperativo de inverter a queda do sector da construção naval, modernizando os estaleiros ainda existentes nos equipamentos, processos e mentalidades. Aproveitar, para esse efeito, a última janela de oportunidade dada pelas construções para a Marinha de Guerra. A partir de um patamar de capacidades inovadoras, procurar a dimensão na complementaridade, pela associação de estaleiros, diversificar os produtos a construir, abrangendo para além de navios para comércio e defesa, também os de recreio, marítimo-turísticas, pesca e outras construções específicas, como as plataformas petrolíferas, etc.

Continuar a garantir a reparação naval de grande dimensão, mas estruturar também a de pequeno porte para apoio especializado da pesca e do recreio.

9. Proclamamos que não há desenvolvimento das actividades marítimas sem ensino e formação que abranja, organizadamente, todas as áreas, de forma sistémica. Existem áreas de qualidade, assim como se encontram outras de formação desadequada às necessidades, nomeadamente no que respeita à alimentação de carreiras convenientemente estruturadas e certificadas.

O ensino e a formação, enquanto constituem a base de apoio ao desenvolvimento das actividades da economia do mar, são também essenciais ao estabelecimento de investigação científica e desenvolvimento. Esta, na sua actual situação, com pólos de excelência em domínios muito específicos, sugere a necessidade da criação, coordenação e integração de linhas de investigação aplicada em áreas críticas, o estabelecimento de uma base de apoio à investigação oceanográfica no mar profundo e o desenvolvimento da cooperação internacional nas áreas com potencial para afirmação do País.

10. Proclamamos que não pode haver desenvolvimento das actividades marítimas sem respeito pelo ambiente e pela conservação da natureza e que esta precaução em vez de representar apenas dispêndio de recursos pode, se devidamente orientada, conduzir a uma actividade económica de relevo. A criação de uma rede de áreas protegidas marinhas com o seu plano de negócios, de programas lúdicos de educação ambiental e a promoção da inovação tecnológica aplicada à protecção do ambiente, são disso alguns exemplos.

11. Proclamamos que o desenvolvimento económico só pode ter lugar em ambiente de confiança e que esta depende também da segurança propiciada pela defesa. Na defesa alargada do Território e na segurança do mar, a nossa Marinha tem um papel fulcral, assim como é importantíssima a sua actividade na diplomacia e na área do interesse público directo. Neste assumem especial relevo a busca e o salvamento marítimo, a fiscalização das actividades extractivas, a vigilância da segurança da navegação, dos tráficos ilícitos, assim como as outras tarefas que visam o exercício da autoridade do Estado no mar.

A Marinha é também fundamental na afirmação da cultura marítima nacional e no contributo que dá à modernização estratégica do País, nomeadamente na área tecnológica, na manutenção do know-how em matérias do mar, no apoio prestado a toda a sociedade pelo Instituto Hidrográfico, etc.

Acresce que a Marinha, para além das suas missões principais e desse contributo, é um parceiro directamente interveniente no desenvolvimento da economia do mar, que pode ainda ser largamente potenciado.

12. Proclamamos, ainda, que é imprescindível a criação de uma imagem renovada do mar e das suas potencialidades, com uma visão de futuro, de horizontes amplos, ambiciosa e determinada. Isso exige o estabelecimento de um plano educativo e formativo para recuperação e promoção da identidade marítima da sociedade portuguesa, orientado prioritariamente para as suas camadas jovens e onde a palavra “mar” faça parte do dia-a-dia. Deverá difundir-se sem tibiezas que:

- Portugal é um país de mar da EU;
- A cultura marítima portuguesa é parte do nosso património mais valioso;
- O nosso mar dá um contributo fundamental para a nossa economia e tem enorme capacidade de crescimento;
- As actividades marítimas são geradoras de novos empregos e de carreiras promissoras;
- Dispomos de centros de investigação científica do mar em nível de excelência;
- O mar é vital para a afirmação da imagem e da identidade de Portugal e para a coesão do nosso território, um quase arquipélago;
- Etc.

13. A AORN tem proclamado tudo isto no seu peregrinar pelas cidades de mar, na boa esperança de que a sua voz seja ouvida em todo o Portugal. No Portugal que, no passado, foi capaz de transformar o mar em oceano e oferecê-lo a toda a Humanidade. No Portugal que, no futuro, vai com moderna inteligência, de certeza, voltar a saber usar o mar

A AORN proclama aqui, em Cascais, que Portugal, hoje de novo, tem de ser capaz de se fazer ao Mar-Oceano.

É que, os Portugueses têm a alma grande e o Mar-Oceano vale a pena.

Cascais, 24 de Março de 2010